
Advogados querem ser ouvidos sobre pacote de reformas do governo

O Instituto de Garantias Penais encaminhou ofício ao ministro da Justiça Sergio Moro, nesta terça-feira (5/2), pedindo para ser ouvido nos debates antes que o [pacote de reformas legislativas](#), recém-apresentado por Moro, seja enviado ao Congresso Nacional.

O [documento](#), assinado pelo vice-presidente do IGP Conrado Donati Antunes, critica o fato de o pacote ter sido enviado sem discussão interna e pública sobre o tema.

"Esse Ministério, ao longo das mais diversas gestões, teve por iniciativa promover a discussão das iniciativas antes do envio ao Parlamento por meio da Secretaria de Assuntos Legislativos, órgão que V. exa transformou em uma assessoria", diz o ofício. Além disso, os advogados apontam que a "discussão infra-ministério é salutar por ser mais técnica e alheia de paixões e arroubos da opinião pública".

Pacote

O chamado "[Projeto de Lei Anticrime](#)" é voltado à segurança pública e foi apresentado por Moro nesta segunda-feira (4/1). Nele, são previstas medidas para assegurar a prisão após condenação em segunda instância, criminalizar caixa 2 e também para acabar com a possibilidade de progressão de regime àqueles condenados por participarem de organizações criminosas — que o ministro citou nominalmente.

Especialistas ouvidos pela **ConJur** divergem sobre a efetividade e constitucionalidade do projeto apresentado. **Clique [aqui](#) para ler a reportagem.**

Date Created

05/02/2019